


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0016431-12.2013.8.26.0566**

Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

SILVIO APARECIDO DA SILVA propõe ação contra **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, afirmando que (a) em 10/12/2001 foi vítima de assalto tendo sido furtado seu veículo, seus documentos pessoais, cartões e dinheiro; (b) lavrou boletim de ocorrência e entendeu que por não ter sido localizado o veículo, a baixa junto ao Detran e ao Posto Fiscal seria automática; (c) que recebeu cobrança dos IPVA's desde 2002 e teve seu nome inscrito no CADIN. Requereu, em antecipação de tutela, a declaração de inexistência do débito e a consequente extinção do crédito tributário. Juntou documentos (fls. 08/12).

A inicial foi aditada, adequando-se o polo passivo da ação (fls.17).

A fls. 19/20, informou que ao contrário do alegado na inicial, a “carcaça” do veículo foi encontrada, mas não lhe foi devolvida.

O autor não comprovou, como determinado, o recebimento, pelo Posto Fiscal, de sua impugnação administrativa, que confirmasse sua alegação de ausência de análise de tal pedido (fls. 21 e 23).

A tutela antecipada foi indeferida (fls. 24).

Citada, a ré contestou a ação afirmando que, ao contrário do alegado, o veículo foi recuperado em 12/12/2001 e entregue, na mesma data ao proprietário [autor]; aduziu, ainda, que o veículo, segundo as telas do Detran, encontra-se em circulação. Juntou documentos (fls. 42/55).

Não houve a abertura de prazo para réplica, mas o julgamento foi convertido em diligência (fls. 57).

Os documentos, solicitados pelo Juízo foram juntados a fls. 64/67 e 73/78.

Cientificados da juntada de tais documentos, as partes não se manifestaram.

FUNDAMENTAÇÃO

0016431-12.2013.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Improcede a ação.

O autor não se desincumbiu de provar que o veículo não se encontrava ou não se encontra em circulação. Não provou que recebeu apenas a “carcaça”, como alegado.

Por outro lado, o documento de fls. 77, comprova que o veículo lhe foi entregue: “(...) *comparece a vítima nesta data a qual a Autoridade faz a entrega do veículo descrito, o qual fora apreendido em 12/12/2001, conforme BO 5067-01, por tratar-se de produto de roubo, registrado no BO 6737-01 do 24º DP. (...).*”

No mesmo sentido o documento de fls. 74vº: “(...) *Comparece a guarnição (...) atender uma ocorrência de veículo abandonado em via pública, (...) através as placas do veículo (...) foram cientificados de que se tratava de veículo produto de roubo (...)*”

Veja-se, nenhum dos documentos juntados pela autoridade policial, a partir de determinação deste Juízo, menciona que fora encontrado e entregue a “carcaça do veículo”. Ambos afirmam o encontro do veículo.

Ademais, tais documentos não foram impugnados pelo autor (fls. 80).

Assim, cabia ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito (art. 333, I, do Código de Processo Civil), e não o fez.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação e CONDENO o autor nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 788,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA